

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS  
ESCOLA DE ENFERMAGEM  
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO PEDAGÓGICA NAS ETSUS

**O QUE FAZER PARA QUE AS AÇÕES DESENVOLVIDAS PELA  
ESCOLA DE SAÚDE PÚBLICA DE PERNAMBUCO (ESPPE) SEJAM  
CONHECIDAS/RECONHECIDAS PELA SOCIEDADE?**

MARIA LÚCIA DE SOUZA MONTEIRO

JOÃO PESSOA – PARAÍBA

2013

Maria Lúcia de Souza Monteiro

**O QUE FAZER PARA QUE AS AÇÕES DESENVOLVIDAS PELA  
ESCOLA DE SAÚDE PÚBLICA DE PERNAMBUCO (ESPPE) SEJAM  
CONHECIDAS/RECONHECIDAS PELA SOCIEDADE?**

Trabalho apresentado ao Curso de Especialização em  
Gestão Pedagógica nas Escolas Técnicas do SUS,  
realizado pela Universidade Federal de Minas Gerais,  
ETSUS Polo João Pessoa, Paraíba, como requisito  
parcial à obtenção do Título de Especialista.

Orientadora: Prof<sup>ª</sup>. Dra. Anézia Moreira Faria Madeira

João Pessoa – Paraíba

2013

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)**

(Escola de Enfermagem da UFMG, MG, Brasil)

Monteiro, Maria Lucia de Souza  
M772q O que fazer para que as ações desenvolvidas pela Escola de Saúde Pública de Pernambuco (ESPPE) seja conhecidas/reconhecidas pela Sociedade? [manuscrito]. / Maria Lucia de Souza Monteiro. -- João Pessoa: 2013.  
25f.:11.

Orientadora: Anézia Moreira Faria Madeira.

Monografia apresentada ao Curso de Especialização em Gestão Pedagógica nas Escolas Técnicas do SUS, realizado na Universidade Federal de Minas Gerais, ETSUS Pólo João Pessoa, para obtenção do título de Especialista.

1. Educação Profissional em Saúde Pública. 2. Atenção Primária a Saúde. 3. Dissertações Acadêmicas. 4. Comunicação em Saúde. I. Madeira, Anézia M.F. II. Universidade Federal de Minas Gerais, Escola de Enfermagem. III. Título

NLM: WA 590

Ficha catalográfica elaborada na fonte por: Maria Piedade F. R. Leite - CRB-6/601

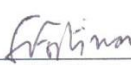
Maria Lúcia de Souza Monteiro

**O QUE FAZER PARA QUE AS AÇÕES DESENVOLVIDAS PELA ESCOLA DE  
SAÚDE PÚBLICA DE PERNAMBUCO (ESPPE) SEJAM  
CONHECIDAS/RECONHECIDAS PELA SOCIEDADE?**

Trabalho apresentado ao Curso de  
Especialização em Gestão Pedagógica nas  
ETSUS, realizado pela Universidade Federal  
de Minas Gerais, ETSUS Polo João  
Pessoa/PB.

BANCA EXAMINADORA:

  
Prof.<sup>a</sup>. Dr.<sup>a</sup>. Anézia Moreira Faria Madeira (Orientadora)

  
Prof.<sup>a</sup>. Dr.<sup>a</sup>. Geralda Fortina dos Santos

Data de aprovação: 21 de fevereiro de 2013

João Pessoa - Paraíba  
2013

## **DEDICATÓRIA**

Dedico este trabalho à minha filha, que, em meio às suas dificuldades, esteve sempre presente. Muitas vezes sem externar nenhuma palavra, permitiu que eu realizasse este trabalho como conclusão de curso, realizado nas mesmas proporções de dificuldades.

## **AGRADECIMENTOS**

A Deus por ter me permitido caminhar na realização deste trabalho, superando inúmeros obstáculos;

Aos meus familiares pela paciência que tiveram enquanto me dedicava à realização deste;

A minha orientadora, Profa. Anézia, pela disponibilidade em me atender sempre que revia o TCC, oferecendo seu conhecimento e me apoiando para que eu atingisse meus objetivos.

“A escola-função existe não porque  
seja bonita e, sim, por um esforço  
desesperado de incorporar um grande  
contingente de excluídos.”

*Izabel dos Santos*

## RESUMO

Trata-se de uma proposta de intervenção cujo objetivo é desenvolver estratégias que tornem mais visíveis para a sociedade, em especial para a área da saúde, as ações desenvolvidas pela Escola de Saúde Pública de Pernambuco (ESPPE). O reconhecimento da instituição de ensino se reflete também no reconhecimento do profissional de saúde, e, por sua vez, na qualidade do atendimento ao usuário. Na construção da proposta foi necessária imersão em referencial teórico que retratasse a história das Escolas Técnicas do SUS (ETSUS); suas realizações e movimentos em prol da formação de profissionais voltados para o SUS. Apesar da importância das ETSUS na formação profissional técnica de nível médio em saúde, estas instituições são pouco conhecidas ou reconhecidas, inclusive pelas instituições das quais os alunos/trabalhadores atuam ou que irão atuar.

**Palavras-chave:** Saúde Pública; Escola Técnica; Educação.



## **ABSTRACT**

This is a proposal for intervention aimed at developing strategies to become more visible to society, especially in the area of health, the actions developed by the School of Public Health of Pernambuco (ESPPE). The recognition of the educational institution is also reflected in the recognition of health professionals, and in turn, the quality of customer service. In the construction of the proposal was necessary immersion in theoretical that depicted the history of SUS Technical Schools (ETSUS); their accomplishments and movements for training professionals facing the SUS. Despite the importance of vocational training technique ETSUS midlevel health, these institutions are little known or recognized, including by the institutions from which students / workers operate or will operate.

**Keywords:** Public Health; Technical School; Education.

## SUMÁRIO

<b>1. INTRODUÇÃO</b> .....	10
<b>2. CONSIDERAÇÕES SOBRE A ESCOLA DE SAÚDE PÚBLICA DE PERNAMBUCO – ESPPE</b> .....	11
<b>3. OBJETIVOS</b>	
3.1 Objetivo Geral .....	14
3.2 Objetivos Específicos.....	14
<b>4. JUSTIFICATIVA</b> .....	15
<b>5 REFERENCIAL TEÓRICO</b> .....	16
5.1 Breve histórico acerca da criação das ETSUS.....	16
5.2 Conhecendo um pouco as ETSUS.....	18
<b>6. METODOLOGIA</b> .....	20
6.1 Operacionalização da Proposta de Intervenção.....	20
<b>7. CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	24
<b>8. REFERÊNCIAS</b> .....	25

## 1. INTRODUÇÃO

As instituições de ensino voltadas para formação profissional técnica de nível médio em Saúde têm papel estratégico na consolidação do Sistema Único de Saúde (SUS), particularmente as Escolas Técnicas do SUS, organizadas em Rede, ~~elas~~ podem atuar de forma articulada, na troca de experiências e de produção acadêmica, uma vez considerando. Considera-se que a formação para o SUS não é responsabilidade de apenas uma instituição, mas de um coletivo, interagindo e trocando experiências.

A Rede de Escolas Técnicas do SUS (RET-SUS) são espaços estratégicos que precisam ser fortalecidos, para que “possamos enfrentar o desafio de universalizar a formação técnica profissional e a educação permanente” (SAMPAIO, 2012, p. 5).

O processo de constituição da Rede de Escolas e Centros Formadores em Saúde Pública/Coletiva, que saltou de 18 escolas em 2007 para as 40 36 registradas em 2011, dá uma dimensão do trabalho já realizado e por realizar dessas escolas. “A rede é muito diversa, composta por escolas de saúde pública estaduais, municipais e federais, universidades e centros formadores das secretarias estaduais e municipais e instituições de ciência e tecnologia” (NUNES, 2011, p. 20).

Atualmente muito se tem discutido sobre Gestão e Acreditação tendo como finalidade ampliar a visibilidade das escolas e centros formadores no sistema de formação em Saúde Pública do Brasil dando melhores condições para atuarem, considerando que as escolas possuem a capacidade de renovação agregada ao sistema de saúde (NUNES, 2011).

O diferencial das Escolas Técnicas do SUS (ETSUS) para as escolas tradicionais é que estas foram criadas para preparar as elites enquanto que as ETSUS são instrumentos para que os setores estaduais e municipais operem uma política de Educação Profissional para o SUS (RET-SUS, 2010).

Um grande problema citado por Santos (2010) é que os gestores não são gestores, estão gestores, portanto passíveis de mudanças e, conseqüentemente, todo um trabalho realizado de reconhecimento do papel das escolas sofre abalos, gerando novas necessidades de divulgação do real papel das ETSUS na sociedade.

O trabalho das ETSUS, muitas vezes, parece algo desconhecido para uma sociedade ainda tão carente de qualificação de profissionais, que ora atuam na Rede SUS. Em conversas informais percebemos que não há visibilidade das ações desenvolvidas pelas ETSUS, principalmente por parte dos gestores que atuam nas instituições de saúde, estas muitas vezes já contempladas com cursos de aprimoramento profissional oferecidos pelas escolas técnicas.

Pelo fato de conhecermos e desenvolvermos um trabalho na ETSUS, e sabedores da importância desse trabalho na qualificação profissional, é que percebemos a necessidade de tornar visíveis as ações realizadas pela ETSUS, o que possibilitaria uma valorização da escola e uma maior divulgação do seu trabalho.

Neste caso questionamos: o que poderíamos fazer para melhorar a visibilidade da ETSUS no contexto da saúde? A visibilidade eleva a importância da escola, garantindo que gestores estaduais e municipais colaborem com o engrandecimento desta, possibilitando investimentos de recursos para torná-la uma verdadeira Escola do SUS.

Sendo assim, acreditamos que uma proposta de intervenção cujo objetivo é tornar visíveis as ações da Escola de Saúde Pública de Pernambuco (ESPPE), por meio da criação de estratégias de divulgação de seu trabalho, poderia de certa forma contribuir para uma melhor interação da escola com os serviços de saúde e com a sociedade como um todo.

## **2. CONSIDERAÇÕES SOBRE A ESCOLA DE SAÚDE PÚBLICA DE PERNAMBUCO - ESPPE**

A ESPPE foi criada em 1981 quando os Ministérios da Saúde, da Educação e da Previdência e Assistência Social, com o apoio da Organização Pan Americana da Saúde (OPAS) propuseram o Programa de Formação em Larga Escala de Pessoal de Nível Médio e Elementar para os Serviços Básicos de Saúde (FIOCRUZ, 2011a).

Em 1989 é criado um Centro Formador (CEFOP), cujo objetivo era formar os trabalhadores pernambucanos da Saúde. Já em 1998, o Decreto Lei 11.530 cria a Escola de Saúde Pública

de Pernambuco que incorporou o CEFOR e passou a oferecer o ensino técnico, assim como cursos de pós-graduação visando à concretização dos princípios do SUS (FIOCRUZ, 2011a).

A Escola chegou a ofertar Cursos de Pós Graduação em Saúde da Família em parceria com as Universidades Estadual e Federal de Pernambuco. Com a mudança de governo a ESPPE deixou de ser autarquia e passou a ser uma Diretoria da Secretaria Estadual de Saúde (SES). Com o processo de transição o CEFOR, ainda como Escola de Saúde Pública, passou a fazer parte da SES e assumiu o nome de Centro de Ensino Superior e Profissional de Pesquisa e Extensão para o SUS. Quatro anos depois, finalmente, nasceu a atual Escola Técnica de Saúde Pública, uma ETSUS vinculada à Superintendência de Gestão de pessoas da Secretaria Estadual de Saúde; retomando a denominação de ESPPE de acordo com o Decreto nº 32.823 de 2008 (FIOCRUZ, 2011a).

A ESPPE funciona atualmente em um prédio histórico no tradicional bairro da Boa Vista, em Recife, que já sediou a Fundação de Saúde Amaury de Medeiros e a Secretaria Estadual de Saúde. Com a mudança da Secretaria Estadual de Saúde, parte do prédio foi destinada para a escola. A Escola dispõe de espaço suficiente para seis salas de aula, laboratórios de informática e enfermagem e sala de prática para o Curso Técnico em Análises Clínicas. Possui acesso apropriado para portadores de necessidades especiais.

A ESPPE é uma Gerência da Diretoria de Educação em Saúde, ligada à Secretaria Executiva de Gestão do Trabalho e Educação em Saúde. Atualmente oferece os seguintes Cursos: Agente Comunitário de Saúde, 19 a 54 turmas, total de 1400 alunos; Técnico em Saúde Bucal 1 turma de 25 alunos; Técnico em Análises Clínicas, 2 turmas de 43 e 44 alunos; Técnico em Citopatologia, 1 turma de 26 alunos; Técnico em Enfermagem – complementação, 1 turma de 36 alunos; Técnico em Vigilância em Saúde, 4 turmas, 146 alunos; Aperfeiçoamento Materno Infantil e Aperfeiçoamento em UTI Neonatal, 2 turmas cada, de 79 e 49 alunos, respectivamente tanto na capital quanto no interior; e finalmente, Capacitação Pedagógica para todos os docentes que são selecionados para ministrar aulas nos referidos cursos (FIOCRUZ, 2011b).

De acordo com a atual Gerente da ESPPE, para adaptar as novas instalações às necessidades da escola, o prédio ainda precisa passar por reformas visando estruturação dos laboratórios, da biblioteca, dos dois novos auditórios, do espaço que vai abrigar o Comitê de Ética e das salas de pós-graduação e residências. Em um prédio anexo, foram instaladas a gerência, a assessoria pedagógica e técnica e as coordenações técnicas dos cursos e de gestão, além da

sala de reunião. A nova disposição permite uma interação maior entre as equipes e agilidade no processo de tomada de decisão. Novos equipamentos de informática já foram instalados e o mobiliário substituído

O organograma da ESPPE está hoje constituído por: Gerência, Coordenação de Realização e Controle de Ações Educacionais, Unidade de Desenvolvimento Profissional, Unidade de Secretaria Escolar, Unidade de Educação Profissional, Unidade Administrativo Financeiro e Coordenação de Programas de Educação Permanente.

### **3 OBJETIVOS**

#### **3.1 Objetivo Geral:**

- Melhorar a visibilidade das atividades realizadas pela Escola de Saúde Pública de Pernambuco (ESPPE), por meio de uma proposta de intervenção.

#### **3.2 Objetivos Específicos:**

- Criar mecanismos possíveis para se tornar visíveis as atividades realizadas pela ESPPE;
- Elaborar estratégias de divulgação das ações realizadas pela ESPPE.

#### **4. JUSTIFICATIVA**

O atual avanço tecnológico tem possibilitado aos indivíduos um crescimento profissional e educacional com caminhos bem mais fáceis de serem trilhados do que há décadas atrás. O saber fazer deixou de ser algo inconsistente para ser uma prática baseada em evidências adquiridas de forma crítica e reflexiva, e essa é a metodologia utilizada pelas ETSUS. O sujeito do processo traz consigo para dentro da Escola uma bagagem muitas vezes rica e transforma essa prática em sala de aula, levando de volta para sua unidade de trabalho um fazer melhor.

O desafio em criar mecanismos de divulgação desse trabalho está em mostrar à sociedade o real papel desempenhado pela ETSUS, em especial a de Pernambuco. A história de anos de luta prova que muito foi realizado, mas que temos ainda muito a realizar.

Assim, acreditamos que o grande desafio desta proposta de intervenção é tornar visíveis as ações desenvolvidas pela ESPPE, reconhecendo sua importância social na formação de trabalhadores já inseridos e daqueles que irão atuar no SUS, nos diferentes cenários de atenção à saúde do Brasil.



## 5. REFERENCIAL TEÓRICO

### 5.1 Breve histórico acerca da criação das ETSUS

Já na década de 1960, partia-se da ideia de que para o desenvolvimento econômico e social dos países da América Latina necessitava-se de recursos humanos em saúde. Na Carta de Punta Del Este (1961), criou-se o Plano Decenal de Saúde Pública para as Américas onde uma das metas seria a formação de pessoal profissional e auxiliar e nessa direção, a IV Conferência Nacional de Saúde em 1967, cujo tema foi recursos humanos, reafirmava a importância da formação de técnicos de nível médio para a saúde (LIMA; PEREIRA, 2008 *apud* MONTEIRO; PREVITALI, 2012).

Seguindo essa recomendação foi criado o Programa de Preparação Estratégica de Pessoal da Saúde (PPREPS) no ano de 1976, considerado o marco das políticas de Educação Profissional em Saúde no Brasil. Na década de 1970, esse programa teve muita repercussão, juntamente com o Programa de Interiorização das Ações de Saúde e de Saneamento (PIASS) que foi desenvolvido em colaboração com o Ministério da Educação e Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS), cujo objetivo era de utilização de pessoal de nível auxiliar recrutada nas comunidades locais. Para sua implantação, as secretarias estaduais de saúde tiveram que contratar e capacitar esses profissionais (LIMA; PEREIRA, 2008 *apud* MONTEIRO; PREVITALI, 2012).

No âmbito do PPREPS intensifica-se o debate sobre a formação profissional dos trabalhadores técnicos em saúde, visando superar a prática de treinamentos “[...] é a partir dele que começa a se construir uma política de formação profissional em saúde” (LIMA; PEREIRA, 2008 *apud* MONTEIRO; PREVITALI, 2012, p. 111).

Com a criação do Projeto de Formação em Larga Escala de Pessoal de Nível Médio e Elementar para os Serviços Básicos de Saúde (Larga Escala), em 1985 “[...] o setor saúde assume, de forma institucionalizada e legal, por meio das secretarias estaduais de saúde, a responsabilidade pela formação profissional dos trabalhadores de nível médio” (RAMOS, 2010 *apud* MONTEIRO; PREVITALI, 2012, p. 112). Esse projeto originou-se do acordo firmado entre o Ministério da Saúde, Ministério da Educação, Ministério da Previdência e

Assistência Social e Organização Pan-Americana de Saúde e teve como objetivo a formação dos trabalhadores que já estavam nos serviços de saúde, e que desempenhavam as funções mais diversas, desde a administração de serviços gerais até processos assistenciais. “Para a sua execução foi necessária a implantação de um centro formador em cada unidade da federação, reconhecido pelo sistema de ensino (PEREIRA; RAMOS, 2010 *apud* MONTEIRO; PREVITALI, 2012, p 112). O Larga Escala lançou as bases para a proposta da integração do ensino nos serviços públicos de saúde do Brasil, bem como contribuiu para a estruturação da política pedagógica das Escolas Técnicas do SUS (ETSUS) (BORGES, 2011).

Segundo Sório (2002), a experiência brasileira com o Projeto Larga Escala serviu de paradigma na década de 90 para o desenvolvimento, no eixo educacional, do Programa de Desenvolvimento de Recursos Humanos da Organização Pan Americana da Saúde (OPAS), vinculado às reformas setoriais da saúde na América Latina. Neste período, o Brasil recebeu financiamento para três projetos, dentre os quais o Programa de Profissionalização dos Trabalhadores da Área de Enfermagem (PROFAE), financiado pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), Ministério do Trabalho e do Emprego e com a cooperação técnica da UNESCO, em parceria com o Ministério da Saúde.

O PROFAE foi um passo adiante do Larga Escala, idealizado com dois olhares: um para os 270.000 trabalhadores de enfermagem que prestavam assistência à saúde sem qualificação adequada e outro para criar mecanismos de sustentabilidade para as ETSUS, segundo Sório (2002).

O PROFAE, criado por meio da Portaria MS nº 1.262/1999 é considerado uma das mais importantes experiências e um marco na história das ETSUS. Este projeto tinha como objetivo profissionalizar os trabalhadores da área de enfermagem de nível básico e técnico que não tinham a respectiva qualificação e escolarização. Por meio do componente fortalecimento das ETSUS, também possibilitou a criação, a reforma e a ampliação de muitas dessas escolas no Brasil (PEREIRA; RAMOS, 2010 *apud* MONTEIRO; PREVITALI, 2012).

A maioria das ETSUS foi criada a partir da década de 80 com o objetivo primordial de promover a profissionalização dos trabalhadores de nível médio para o desenvolvimento das ações de saúde. Convergindo com este movimento tem-se a luta dos trabalhadores da saúde por reconhecimento profissional e o movimento da reforma sanitária influenciando a

organização das ETSUS no país. Além disso, o complexo setor saúde e um contingente de técnicos já empregados no setor sem formação adequada justificariam a criação de escolas específicas para a formação de seus recursos humanos. Durante a década de 90, o papel das ETSUS se inscreveu no centro de três grandes processos em curso no estado brasileiro: a reforma do aparelho do estado, a reforma educacional e a reforma sanitária brasileira (BORGES, 2011).

## **5.2 Conhecendo um pouco as ETSUS**

As ETSUS são escolas-função, escolas-flexíveis, multiprofissionais, de caráter inclusivo, participativo e democrático. Como ferramentas de transformação propõem a reflexão do fazer no ambiente do trabalho, promovendo o aprendizado institucional. Elas atuam na formação de técnicos de vigilância em saúde, ambiental e sanitária, de técnicos de enfermagem, de saúde bucal, radiologia, reabilitação, patologia clínica, como também dos agentes de saúde indígena, entre outras categorias e níveis de formação. O público-alvo das ETSUS é composto por adultos provenientes das camadas populares, marginalizados pelo sistema formal de educação e desempenhando funções vitais nos serviços públicos de saúde (BRASIL, 2000, 2009).

As ETSUS estão organizadas na Rede de Escolas Técnicas do Sistema Único de Saúde (RETSUS) criada pelo Ministério da Saúde, Conselho Nacional de Secretários de Saúde (CONASS), Conselho Nacional de Secretarias Municipais de Saúde (CONASEMS), e pela Organização Pan-Americana de Saúde/BRASIL (OPAS) (BRASIL, 2000; 2009).

As ETSUS são entidades governamentais, credenciadas pelos Conselhos Estaduais de Educação e a maioria vinculada às Secretarias Estaduais de Saúde. A função principal destas instituições é promover a profissionalização dos trabalhadores empregados na área de saúde pública objetivando melhorar a qualidade dos serviços de saúde. Algumas formando também profissionais que almejam trabalhar nessa área. Estas instituições foram criadas para atender as demandas locais de formação técnica de nível médio (PEREIRA; RAMOS, 2010 *apud* MONTEIRO; PREVITALI, 2012).

O foco de atenção das ETSUS é a formação inicial e continuada e a formação técnica, segundo as orientações para Educação Profissional de Nível Técnico, em consonância com a Lei nº 9.394/96 (LDB) e com as Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Profissional

e o Decreto nº 5.154 de 23 de julho de 2004 (FIOCRUZ, 2011 *apud* MONTEIRO; PREVITALI, 2012).

As Escolas Técnicas e os Centros Formadores de Recursos Humanos do SUS (ETSUS) têm a missão de formar e qualificar trabalhadores dos níveis básico e médio, que atuam ou irão atuar nos serviços públicos de saúde. Atualmente são 36 escolas em todo o Brasil vinculadas ao SUS e responsáveis pela educação de cerca 480.857 trabalhadores dos serviços públicos de saúde nas três esferas de governo (BORGES, 2011).

Vale lembrar que, com a criação do SUS a política de saúde adquire um novo significado, representa o início de um novo momento para a saúde pública no Brasil e uma grande conquista para a população. No entanto, é ao mesmo tempo questionada pela ideologia neoliberal que defende a privatização do patrimônio público, a transferência de responsabilidades governamentais para o mercado e a redução dos gastos públicos. Em meio a esta discussão, em todas as áreas aponta-se a necessidade de se ter quadros de profissionais qualificados para acompanhar as mudanças tecnológicas e organizacionais nos processos de trabalho. Na área da saúde, constata-se que nos últimos anos tem se investido na qualificação dos trabalhadores de nível médio técnico para a saúde pública (MONTEIRO; PREVITALI, 2012).

Por outro lado, a Constituição Federal de 1988, em seu artigo 200, inciso III reforça que a política de educação profissional dos trabalhadores para a saúde pública é um direito do trabalhador, quando diz: “[...] ordenar a formação de recursos humanos na área da saúde” (BRASIL, 1988, p.1) e na lei de criação do SUS - Lei 8080/1990, artigo 6º, inciso III, incluída no seu campo de atuação a responsabilidade pelo ordenamento da formação de trabalhadores da saúde pública (BRASIL, 1990).

Frente ao exposto vimos a importância das escolas técnicas do SUS na formação profissional no ensino médio em saúde. A formação dos trabalhadores em saúde visando uma assistência de qualidade aos usuários nos vários contextos de atenção de responsabilidade do SUS é a grande missão das ETSUS. Neste caso, não podemos deixar que as ETSUS fiquem invisíveis aos olhos da sociedade. Portanto, cabe aos vários segmentos propiciarem estratégias que ampliem ou possibilitem visibilidade destas escolas, considerando a relevância de seu papel social.

## **6. METODOLOGIA**

Trata-se de uma Proposta de Intervenção que tem como objetivo melhorar a visibilidade das atividades realizadas pela Escola de Saúde Pública de Pernambuco (ESPPE).

Inicialmente para se chegar à Proposta alguns caminhos foram percorridos, dentre eles: leitura de material acerca das Escolas Técnicas do SUS, principalmente revistas da RET-SUS além da busca de informações na internet; levantamento de opiniões relacionadas ao assunto na própria ESPPE; conversas com colegas de outras ETSUS; e releitura do material didático pedagógico fornecido pelo CEGEPE.

De posse das informações, demos início à construção da proposta conforme discorrido até o presente momento. A seguir apresentamos a operacionalização da mesma.

### **6.1 Operacionalização da proposta**

#### **6.1.1 Contexto da proposta**

A ESPPE é uma Gerência da Diretoria de Educação em Saúde, ligada à Secretaria Executiva de Gestão do Trabalho e Educação em Saúde. Atualmente oferece os seguintes Cursos: Agente Comunitário de Saúde; Técnico em Saúde Bucal; Técnico em Análises Clínicas; Técnico em Citopatologia; Técnico em Enfermagem – complementação; Técnico em Vigilância em Saúde; Aperfeiçoamento Materno Infantil e Aperfeiçoamento em UTI Neonatal, e finalmente, Capacitação Pedagógica.

#### **6.1.2 Público alvo**

Sujeitos educativos da ESPPE: gestor, coordenador pedagógico, professores, alunos, pessoal técnico administrativo, gestores das unidades hospitalares, gestores dos municípios e outras instituições de ensino.

#### **6.1.3 Material a ser utilizado**

O material será constituído de folders e vídeo institucional e deverá ter um conteúdo gráfico e fotográfico que possibilite uma melhor visualização do que é realizado pela ESPPE. Terá o respaldo da Secretaria de Saúde do Estado (SES). Este material constitui uma ferramenta

importante para engrandecimento da ESPPE, redirecionando e unificando as ações de Educação Permanente, hoje realizadas por várias Unidades que compõem a SES.

A construção do material terá suporte do setor de informática/tecnologia da ESPPE, de pessoal que trabalha com artes gráficas/visuais, e será acompanhado pelo Gestor, coordenadores, professores, e alunos da escola.

#### **6.1.4 Passos da Proposta de Intervenção**

- 1- Reunião com os sujeitos educativos, incluindo representante(s) dos alunos para apresentação da proposta, visando sensibilização dos envolvidos;
- 2- Formação de um grupo de trabalho para discussão da viabilização da proposta e distribuição de tarefas;
- 3- Apresentação da proposta na Secretaria de Saúde visando ajuda de custo para construção do material gráfico e ajuda para outras demandas;
- 4- Contratação de pessoal especializado para elaboração do material gráfico visual sobre a ESPPE;
- 5- Apresentação e aprovação da produção do material aos atores envolvidos na proposta;
- 6- Divulgação na mídia televisiva, falada e escrita, e internet sobre cursos oferecidos pela Escola destacando sua importância para os Serviços de Saúde;
- 7- Avaliação do impacto da proposta.

### 6.1.5 Orçamento da proposta

Ítem	Quantidade	Valor Total (R\$)
Recursos humanos – especialistas para produção material gráfico.	02	4.800
Folder	1000	2.000
Vídeo	03	5.000
<b>Total</b>		<b>11.800</b>

### 6.1.6 Cronograma da proposta

Ação	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun
Elaboração do projeto de intervenção.	x							
Apresentação do projeto de intervenção em reunião com a Diretoria.		X						
Reunião com os sujeitos educativos, incluindo representantes dos alunos para apresentação da proposta, visando sensibilização dos envolvidos.			X					
Formação de um grupo de trabalho para discussão da viabilização da proposta e distribuição de tarefas.				X				
Apresentação da proposta na Secretaria de Saúde visando ajuda de custo para construção do material					X			

gráfico e ajuda para outras demandas.								
Contratação de pessoal especializado para elaboração do material gráfico visual sobre a ESPPE;					X			
Apresentação e aprovação da produção do material aos atores envolvidos na proposta.						X		
Divulgação na mídia televisiva, falada e escrita, e internet sobre cursos oferecidos pela Escola destacando sua importância para os Serviços de Saúde.							X	
Avaliação do impacto da proposta.								X



## **7. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O intuito desta proposta é tornar o trabalho das ETSUS visível à sociedade, em especial o da ESPPE. Neste sentido, faz-se necessário a criação de mecanismos que possibilitem mostrar as diversas ações realizadas por esta instituição. É sabido que são grandes as dificuldades existentes, tanto no campo humano quanto no aspecto financeiro a exemplo da possibilidade do não financiamento da proposta pela Secretaria de Saúde, e isto poderá ser um ponto dificultador para a implementação da mesma. A ESPPE não teria como arcar com todos os custos, principalmente os relacionados à contratação de mão de obra especializada, a construção de material gráfico, e pagamento de matérias a serem divulgadas e publicadas pela mídia.

No entanto, por contarmos com a ajuda de todos os atores envolvidos nesta causa, acreditamos na viabilização da proposta. Acreditamos nas parcerias e no empenho de cada um. O trabalho realizado pelas ETSUS deve ser reconhecido por todos, principalmente pelas instituições de saúde que trabalham com o SUS. O reconhecimento da instituição de ensino reflete também no reconhecimento do profissional de saúde, por sua vez na qualidade do atendimento ao usuário.

Além disso, uma das formas também de se melhorar o conhecimento e reconhecimento da ESPPE pela sociedade, seria o investimento na qualificação/capacitação de seu corpo de professores, coordenadores, e gestor. A apresentação de trabalhos em eventos científicos, por sua vez, pode ser um dos caminhos para tal reconhecimento.

Assim, para que esta proposta seja efetivamente implantada e implementada é fundamental a cooperação e a valorização do saber de cada sujeito componente desse processo tanto interno quanto externo à Escola. Para alcançarmos os objetivos propostos, é necessário que todos acreditem e apoiem esta iniciativa.

## REFERÊNCIAS

BORGES, F. T. Escolas técnicas de saúde (ETSUS) no Brasil: regulação da integração ensino serviço e sustentabilidade administrativa. *Revista Ciência & Saúde Coletiva* (ABRASCO), Rio de Janeiro, n. 0104, 2011.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Portaria nº 1298**, de 28 de Novembro de 2000, que Institui a Rede de Escolas Técnicas e Centros Formadores vinculados às instâncias gestoras do Sistema Único de Saúde (RET-SUS). Diário Oficial da União, 2000.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Portaria nº 2.970**, de 25 de novembro de 2009 que Institui a Rede de Escolas Técnicas do SUS e dispõe sobre as diretrizes para a sua organização. Diário Oficial da União, 2009.

BRASIL. Ministério da Educação e Desporto. **Lei nº 9.394** de 20 de dezembro de 1996 que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União Brasília, 24 maio, 1997.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Lei 8080**, de 19 de setembro de 1990. Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. Diário Oficial da União, Poder Executivo, Brasília, DF, 20 de set. 1990.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Política de educação profissional dos trabalhadores para a saúde pública**. Brasília: *MS*, 1988, p. 19.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura (MEC). **Decreto Ministerial nº 5.154** de 23 de julho de 2004. Regulamenta o § 2º do art. 36 e dos arts 39 a 41 da Lei 9394 de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e dá outras providências.

FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ (FIOCRUZ). Entrevista com Izabel Santos. *Revista RET-SUS*, 5(38), p. 4-7, set. 2010.

FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ (FIOCRUZ). A criação da Rede de Escolas Técnicas do SUS. *Revista RET-SUS*, 5(41), jan./fev. 2011(a).

FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ (FIOCRUZ). Escola de Saúde Pública de Pernambuco em nova sede. *Revista RET-SUS*, 5(43), p. 17-18, 2011(b).

FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ (FIOCRUZ). Entrevista com Dra Mônica Sampaio. *Revista RET-SUS*, Brasília 6(54); p. 5-7, jun-jul. 2012.

LIMA, J. C. F. Educação profissional em saúde. In: PEREIRA, I. ; LIMA, J. C. F. (orgs). **Dicionário de Educação Profissional**. 2.ed. Rio de Janeiro: EPSJV, 2008.

MONTEIRO, A. G. S.; PREVITALI, F. S. Educação profissional em saúde: contradições e desafios da formação profissional técnica de nível médio dos trabalhadores do sistema único de saúde - SUS. **Ideação – Revista do Centro de Educação e Letras da UNIOESTE**, Campus de Foz do Iguaçu, v. 14, n.1, p. 107-123, 1º Sem. 2012.

NUNES, T. C. M. Foco na gestão escolar e na acreditação pedagógica. **Revista RADIS Comunicação em Saúde**, n. 109, p.20-21, set. 2011.

PEREIRA, I. B. A Educação dos trabalhadores da saúde sob a égide da produtividade. In: MATTA, G. C.; LIMA, J. C. F. (orgs). **Estado, sociedade e formação profissional em saúde: contradições e desafios em 20 anos de SUS**. Rio de Janeiro: FIOCRUZ/ EPSJV, 2008.

PERNAMBUCO. **Decreto nº 32.823**, de 2008 do Estado de Pernambuco que aprova o Regulamento da Secretaria de Saúde do Estado de Pernambuco.

RAMOS, M. **Educação profissional em saúde**. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2006.

SAMPAIO, M. **É preciso prover os vazios assistenciais de profissionais de saúde e fortalecer as Escolas técnicas do SUS** In: FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ (FIOCRUZ). *Revista RET-SUS*, Brasília, 6(54); P 5-7. jun-jul. 2012.

SANTOS, I. Educação como sinônimo de Inclusão In: FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ (FIOCRUZ). *Revista RET-SUS*, Brasília, 5(38), p. 4-7, set. 2010.

SÓRIO, R. E. R. **Educação profissional em saúde no Brasil: a proposta das Escolas Técnicas de Saúde do Sistema Único de Saúde.** *Formação*, Brasília 2(5), p. 45-57, maio, 2002.